

A FOME NÃO ESPERA

PRONUNCIAMENTO RUMO À II CONFERÊNCIA SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Patriarcado, colonialismo e violência: componentes de uma estratégia para aumentar a fome e as violações dos direitos humanos.

No âmbito da Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD+20), que se realiza de 24 a 28 de fevereiro em Cartagena, Colômbia, a campanha "*A Fome Não Espera*" - Iniciativa Soberania Alimentar e Agroecologia do Fórum social Panamazônico (FOSPA) - manifesta a sua preocupação com a situação global que põe em risco a continuidade da vida, promove a mercantilização da natureza e ameaça a soberania, a segurança alimentar e nutricional e o cuidado com a terra na Amazônia, nos Andes, nas costas e nos mares, e em todo o mundo.

Diversos relatórios de organizações internacionais alertam que, este ano, centenas de milhões de pessoas enfrentarão fome, duplicando os números registrados em anos anteriores. O aumento dos conflitos armados, dos eventos climáticos extremos, da instabilidade econômica e política, da contaminação do solo e da água por substâncias tóxicas e dos deslocamentos forçados criam um cenário de crise alimentar global que não demonstra sinais de ações concretas para enfrentá-la.

Contribui para agravar essa situação, a política externa dos Estados Unidos, que busca gerar transformações geopolíticas enfraquecendo o multilateralismo e reforçando as pressões comerciais, migratórias, colonialistas e ideológicas sobre a América Latina e o Caribe. Há interferência nos assuntos internos dos países, fortalecimento de governos conservadores e promoção de narrativas que buscam reverter os avanços em direitos, diversidade e inclusão. Tudo isso ameaça as democracias de nossos países e o respeito aos direitos humanos, aprofundando a pressão para expandir as atividades extrativistas em território latino-americano, com os graves impactos sociais e ambientais que isso acarretará.

Enfrentamos uma crise sistêmica que ameaça todas as formas de vida. Práticas patriarcais, coloniais e violentas corroeram os alicerces da convivência, da justiça e do cuidado. A fome é usada como instrumento de subjugação política, enquanto guerras, bloqueios, perseguições, militarização e intervenções são normalizadas como mecanismos de poder. Os que mais sofrem são as mulheres, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, os povos indígenas, as comunidades camponesas e os setores urbanos empobrecidos.

Nesse contexto, a extração predatória de recursos naturais se intensifica, assim como a concentração e a apropriação de terras e a expansão de economias ilegais que exacerbam as desigualdades. O extrativismo na mineração, na exploração de hidrocarbonetos e na agroindústria mercantiliza bens comuns e transforma a produção de alimentos em um negócio, gerando deslocamentos populacionais e perda de autonomia territorial. Soma-se a isso uma crise climática que se agrava diariamente, devido à falta de comprometimento e vontade política, principalmente por parte dos países do Norte Global, que historicamente são os maiores responsáveis por causá-la. Isso aumenta o risco para a segurança hídrica e alimentar das populações atuais e futuras, especialmente nos países do Sul Global.

Alertamos também que o Estado de Direito, a construção da paz, a cooperação entre os povos, a solidariedade como valor humano e o respeito à natureza estão em risco. A possibilidade de promover economias transformadoras e uma cultura do cuidado que priorize a vida em detrimento do capital também está em disputa.

Diante desse cenário, propomos o respeito à Soberania Alimentar, entendida como o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias para a produção, distribuição, e consumo de alimentos de forma sustentável. Isso implica também a proteção de territórios e recursos naturais; o respeito às culturas e modos de vida dos povos indígenas, das comunidades camponesas, pesqueiras, afrodescendentes; o fortalecimento dos processos de organização comunitária e o reconhecimento do papel fundamental das mulheres como produtoras e cuidadoras da vida humana e não humana.

A soberania alimentar e a agroecologia representam um caminho de resistência e transformação do modelo agroalimentar dominante e das relações de poder que perpetuam desigualdades e injustiças. A luta atual é entre capital e vida, entre a acumulação econômica e os direitos fundamentais.

Portanto:

A reforma agrária do século XXI deve transcender a redistribuição formal de terras. Para ser eficaz, exige a garantia de plenos direitos territoriais, proteção contra a grilagem de terras e o reconhecimento de formas coletivas de propriedade, como condição para superar as desigualdades estruturais e avançar rumo a economias transformadoras que priorizem a vida e fortaleçam a autonomia territorial.

É essencial fortalecer os mecanismos públicos de acesso e gestão da terra, assegurar o financiamento da transição agroecológica, proteger as sementes nativas e promover políticas de compras públicas que priorizem a produção camponesa e agroecológica. Da mesma forma, a reforma deve incorporar indicadores claros de redução da fome, resiliência climática e equidade de gênero, garantindo o acesso prioritário de mulheres e jovens à terra e aos recursos produtivos.

A agroecologia e as economias transformadoras constituem caminhos concretos para regenerar territórios, fortalecer os mercados locais, reduzir a dependência extrativista e construir sistemas alimentares sustentáveis.

Diante da realidade das injustiças e das violações dos direitos humanos, enfatizamos a importância da Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural como um fórum estratégico para o avanço de compromissos concretos e emblemáticos.

Acolhemos com satisfação a participação da sociedade civil em eventos paralelos, onde serão expressas questões, práticas e propostas que reafirmam que a terra é para a vida. Nesse contexto, a campanha "*A Fome Não Espera*" propõe o seguinte:

- Reafirmar a expressão que precedeu a Segunda Conferência Internacional: *“Terra para trabalhar, Terra para comer e Terra para viver”*.
- Manter a defesa do multilateralismo, da construção da paz, do respeito à diversidade, da cooperação e da solidariedade entre os povos.
- Rejeitar e denunciar todos os atos de violência socioambiental nos territórios, especialmente todas as atividades extrativas, que põem em risco os meios de subsistências locais, afetando a soberania e a segurança alimentar e nutricional.
- Denunciar a perseguição e a criminalização sofridas pelos defensores do meio ambiente nos territórios e exigir mecanismos de proteção legal, política e social para suas ações em defesa da vida.
- Implementar reformas agrárias abrangentes que garantam a soberania sobre a produção de alimentos, o acesso à terra, às sementes e à água, e a reprodução social das comunidades camponesas.
- Apoiar iniciativas agroalimentares e agroecológicas territoriais em diversos países da região, promovendo marcos legais que priorizem a vida e limitem a apropriação privada de terras públicas.
- Priorizar o acesso das mulheres à terra e ao território como medida para reduzir as desigualdades de gênero e reconhecer seu papel na sustentação das economias locais e na defesa dos bens comuns.
- Promover e facilitar a incorporação de jovens em lutas territoriais e iniciativas locais como estratégias de sucessão intergeracional que fortaleçam e revitalizem os processos de transformação socioecológica.
- Adotar e implementar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais.
- Proteger as pequenas propriedades agrícolas de camponeses, povos indígenas e pequenos produtores, e criar salvaguardas contra a apropriação de terras por empresas.
- A coordenação regional entre as comunidades, a troca de experiências e o desenvolvimento coletivo de propostas são essenciais para enfrentar o contexto atual e avançar rumo a sistemas

alimentares justos e sustentáveis, centrados nas pessoas e nos territórios.

- É necessária uma comunicação constante para destacar os esforços da sociedade civil em defesa do direito à alimentação, à dignidade e à vida.

TERRA PARA A VIDA!

